

GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA: UM OLHAR PELO VALE DO RIBEIRA À LUZ DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Tania Maria da Silva¹
Rita Mello Magalhaes²

Introdução

No âmbito do governo federal são criados Programas voltados ao desenvolvimento rural sustentável, a exemplo dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, os CONSADs, pelo Ministério do Desenvolvimento Social/MDS, que reúne em âmbito regional alguns municípios, com foco no combate à fome por meio da segurança alimentar, por isso envolve a agricultura familiar – produtora dos alimentos que sustentam a população do país; no âmbito do Programa Agenda 21, do Ministério do Meio Ambiente, também interessado em trabalhar de forma integrada as regiões e, não apenas o local, na construção de um planejamento com visão de futuro; no âmbito dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial/CODETER pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, a partir da Secretaria do Desenvolvimento Territorial/SDT, implantando a Política de Desenvolvimento Territorial, com o Programa de Territórios Rurais e Identidade (envolvendo diversos municípios), para a dinamização econômica com protagonismo da agricultura familiar, e sustentabilidade no campo e na cidade.

Por meio da Política de Desenvolvimento Territorial esse Programa reúne um conjunto de municípios para discutirem estratégias de desenvolvimento

1 A autora é Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade São Francisco – 2001. Atua como assessora técnica em desenvolvimento territorial no Programa de Territórios Rurais e da Cidadania da extinta SDT/MDA, desde 2005, e em gestão social, desde 2014. No Simpósio Ciência, Tecnologia e Sociedade: Mobilizar o Conhecimento para Alimentar o Brasil realizado pela UNESP Campus de Bauru/SP, participou como palestrante da mesa redonda: gestão sustentável da produção agropecuária. E-mail: tania.assessoriatecnica@gmail.com

2 A revisora é engenheira de produção pela MSc. Engenharia de Produção COPPE/UFRJ. No Território da Cidadania Vale do Ribeira exerce a função de indigenista especializada pela FUNAI, atua como representante do órgão no Núcleo Diretivo do colegiado de desenvolvimento territorial/CODETER-VR. Neste artigo realizou a revisão. E-mail: ritamello.indigenista@gmail.com

a partir do rural, com atividades não apenas agrícolas que vão refletir nas áreas urbanas, disseminando, assim práticas territoriais de diálogo, qualificação, planejamento, ações que busquem resultados de inclusão e sustentabilidade para as populações dos Territórios em questão.

Em busca de qualificar e animar o processo de práticas territoriais nas diversas regiões de menor IDH, onde o MDA instituiu o Programa, a SDT viabilizou a contratação de um profissional para atuar no âmbito dos colegiados territoriais e ser um interlocutor que, além de assessorar os colegiados, animasse os processos de discussões e busca de estratégias junto aos sujeitos locais, conduzisse ao governo as demandas definidas conjuntamente nesses espaços de discussões e decisões, assim como disseminasse nos Territórios as informações referentes aos Programas e Políticas Públicas direcionadas à agricultura familiar.

Tais ações ofertadas e motivadas pelo governo federal, conduziram a novos hábitos, a agricultura familiar e alguns setores urbanos: a participarem mais e ativamente de discussões regionais e territoriais, demonstrar os seus saberes, modo de vida, interagirem com novos conhecimentos e conceitos, buscarem coletivamente soluções para as suas dificuldades, transformá-las, e comecem a se organizar melhor em associações, sindicatos, cooperativas, para lutarem por suas demandas, enfrentarem melhor os seus desafios, e qualificarem a sua atuação, para maior reconhecimento enquanto classe trabalhadora importante para produção de alimentos, e inserção no mercado.

As ações e práticas territoriais nortearam o governo na criação de novos Programas, melhoria e qualificação dos já existentes, em atendimento as demandas específicas da agricultura familiar e qualificação dos Territórios Rurais. Os Programas foram conduzindo a agricultura familiar a organizar melhor a sua propriedade, planejar e diversificar a sua produção, fazer melhor gestão, a exemplo do PAA que levou a agricultura familiar a se organizar em cooperativas, aprender a lidar com o mercado, e entender como lutar em busca de outros mercados, para garantir comercialização de toda produção diversificada, e do conjunto de famílias cooperadas.

Em busca de avançar, por meio de convênios com empresas e entidades de ATER, o governo federal buscou introduzir uma Assistência Técnica e Extensão Rural mais ampla, mais específica para agricultura familiar, no sentido de um olhar mais focado nas especificidades locais, nas relações de gênero, juventude, na gestão social, dentre outros focos, para aprimorar a qualidade de atendimento às demandas das bases da agricultura familiar e de suas organizações.

Dentro desse Programa de Territórios Rurais, muitas ações ofertadas pelo governo federal tiveram grande repercussão nas transformações reais da agricultura familiar em geral. Os Programas seguiam em discussão de aprimoramento, por meio das demandas dialogadas com o governo federal, através do Conselho Nacional da Agricultura Familiar/CONDRAF, e tantas outras organizações e segmentos.

Atualmente, diante do atual cenário político no país, a continuidade dos Programas se demonstra ameaçada. Porém, independentemente de toda e qualquer repercussão no cenário político, as universidades e instituições de pesquisa têm papel de extrema relevância para contribuir com o avanço no desenvolvimento da agricultura familiar norteando a gestão sustentável da agropecuária.

Objetivo

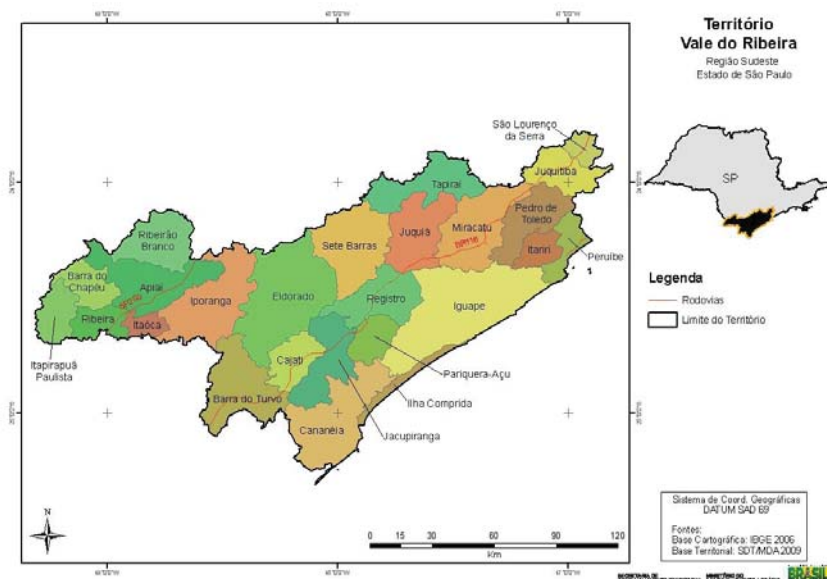
Tem este, o objetivo de observar ao longo da última década, o cenário de transformações no âmbito da agricultura familiar do Vale do Ribeira, à luz da Política de Desenvolvimento Territorial ofertada pelo governo federal aos Territórios Rurais.

Caracterização e desenvolvimento no âmbito da política territorial

No Vale do Ribeira, tiveram início no ano de 2003, as discussões e organização da implantação do CONSAD/MDS, que reuniu um número considerável de representantes da agricultura familiar e suas organizações, diversos setores e segmentos e o poder público governamental das três esferas de governo (mais de trezentos representantes), num fórum de desenvolvimento.

Inseriu-se nesse contexto o Programa de Territórios Rurais e Identidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA. E desta forma, o Território Vale do Ribeira foi homologado em 18 de junho de 2004, por meio de um processo de implementação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial que teve início no ano de 2004, a partir de discussões promovidas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial/SDT/MDA, no sentido de realizar as primeiras ações de mobilização e sensibilização de sujeitos locais e do poder público governamental. Foi implantada então, a Comissão de Ações Territoriais no âmbito do CONSAD, por decisão de seus membros, para agregar todas as discussões e ações do MDA, dentro do mesmo espaço, considerando que se tratava do mesmo público alvo – agricultura familiar – e os mesmos sujeitos locais.

Esse processo reuniu vinte e cinco municípios na composição do Território Rural e Identidade do Vale do Ribeira - os vinte e três da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, um do Sudoeste Paulista e outro do Litoral Sul, por demanda espontânea desses municípios: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí, conforme ilustrado no mapa a seguir.



Fonte. MDA/SDT – Sistema de Informações Territoriais out/2013

Em 2005, agregou-se, também, ao espaço do CONSAD o Programa das Mesorregiões do Ministério da Integração Nacional/MI, que abrangia o Vale do Ribeira Paulista e Paranaense, mais o Litoral do Paraná, e dessa forma reuniu 41 municípios, em atuação integrada para o alcance de desenvolvimento regional, com sustentabilidade para essas regiões.

Esse conjunto de ações integradas e Programas ofertados pelos Ministérios promoveram muita movimentação em torno de debates, sugestões, planejamentos, aprimoramentos, concertações, acordos, busca de qualificação, maior inserção da agricultura familiar nos espaços de decisões, gerou conhecimento às classes menos favorecidas e desprovidas de oportunidades. O acúmulo de conhecimento e saber tradicional se integrou ao conhecimento científico pelo país afora trazendo para as discussões locais e gerando aprimoramento e habilidades que aos poucos foram transformando e inserindo melhor a agricultura familiar em espaços, antes, pouco, ou nada frequentados.

Em 2006, o Território Vale do Ribeira, como os demais Territórios trabalhados pelo MDA no país, começou a discutir e planejar o I Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável/PTDRS, por meio do projeto Vale do Ribeira Sustentável, em convênio com o MMA/Agenda 21, amplamente discutido nos 32 municípios do Vale do Ribeira Paulista e Paranaense, envolvendo também alguns setores urbanos. Em 2008, realizou-se uma qualificação e ampliação do Plano, por meio do MI dentro de suas metas e ações incluindo o Litoral Paranaense, ou seja, o conjunto da Mesorregião Vale do Ribeira/Guaçu. Em 2010/2011, executou-

se a primeira qualificação do PTDRS, por meio do MDA no Vale do Ribeira Paulista, e em 2012, a segunda; e o Território segue se norteando pelo PTDRS, e aprimorando as ações integradas discutidas e definidas no âmbito do Colegiado Territorial.

A partir dos PTDRS formatados e aprovados nos Territórios, o MDA organizou junto a vários Ministérios e órgãos parceiros, as diversas ações de suas responsabilidades em uma matriz, e criou em 2008, o Programa Territórios da Cidadania que transformou vários dos Territórios Rurais e Identidade que receberam essa “nomenclatura”, por meio da Matriz de Ações Estratégicas apresentadas, e amplamente discutida pelos sujeitos locais que enviavam sugestões de alterações/inclusões para adequação das ações ofertadas, e potencial condições de atender às demandas dos Territórios.

Em abril de 2015, o CONSAD Vale do Ribeira é substituído pelo CODETER, por questões de adequação – a estrutura, anteriormente jurídica, gerava ações onerosas anualmente para atender as exigências do Tribunal de Contas – agora uma versão mais simples, sem caráter jurídico e de melhor funcionalidade.

Dentro desse Programa muitas ações ofertadas pelo governo federal tiveram grande repercussão nas transformações reais da agricultura familiar em geral. Algumas merecem destaque como as conferências de ATER, de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Economia Solidária, da Juventude Rural, dentre outras, que promoveram amplas e profundas discussões e proposições que nortearam o governo para criação e aprimoramento de Programas que atendessem melhor às demandas e qualificação da agricultura familiar. As conferências geraram diversos resultados nas ofertas do governo, por meio de seus programas para atender e ampliar a inserção da agricultura familiar.

A última conferência territorial de ATER realizada no Vale do Ribeira, em fevereiro de 2016 trouxe novamente elementos importantes a serem considerados: A importância de uma ATER específica para a agricultura familiar – que já acontece, mas precisa de aprimoramento – que incluía as demandas e especificidades das mulheres e dos jovens com reconhecimento do papel de cada um/a no âmbito familiar. As mulheres do Vale do Ribeira, nas discussões dos eixos destacaram a necessidade de que a assistência técnica específica para elas seja algo permanente e mais próximo, que ocorra paralelo às suas demandas, como, por exemplo, numa situação de adoecimento da planta, que haja a possibilidade de se solicitar apoio técnico e recebê-lo de imediato, ou pelo menos a tempo de se resolver. Também, é necessário que haja integração das políticas de ATER e valorização das mulheres, que fazem a dupla jornada de trabalho com os cuidados da casa e da família, a produção para o autoconsumo, entre outras tarefas.

Os povos tradicionais presentes na conferência, ressaltaram que a ATER precisa reforçar o trabalho de regularização fundiária dos territórios coletivos, e também apresentaram as dificuldades que os técnicos têm de compreender, a diversidade e as especificidades de territórios coletivos, reforçando a necessidade de uma ATER mais inclusiva dessa diversidade, por meio de um edital específico, e cuja execução atenda às demandas reais e a diversidade específica de cada comunidade tradicional (quilombolas, indígenas, caboclos, dentre outros povos e comunidades tradicionais).

Houve avaliação crítica referente ao Sistema de Gestão e funcionamento da Ater no Estado de São Paulo, ao modelo dos editais de ATER do MDA, e à

formação de quadros que deem continuidade e conduzam a resultados relevantes no meio rural atendido pelos convênios. A sugestão foi de que haja construção de editais discutidos conjuntamente com os agentes locais e os beneficiários, e que a definição da empresa passe pela discussão no Colegiado Territorial, com vistas a atender às especificidades do Território. Ainda, reafirmou a importância de priorizar na seleção dos editais, as cooperativas da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, como organizações executoras dos projetos de ATER.

No decorrer das discussões foi bem destacada a necessidade de que o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) deixe de ser apenas um Programa e passe a ser uma Lei, como é o PNAE, e que o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social/PPAIS precisa ser fortalecido pelas instituições de ATER. Também foi reforçado que deve ser promovida a Assistência Técnica e Extensão Rural que trabalhe o fortalecimento da agrobiodiversidade das populações no contexto do Vale do Ribeira, e contemple a agroecologia como modelo de produção e desenvolvimento territorial.

Os jovens rurais reforçaram as dificuldades com a frágil infraestrutura de comunicação, quase inexistente no meio rural, o que dificulta a conexão da juventude por meio das mídias sociais, e o acesso à informação e mais conhecimento. Os jovens demonstraram que é preciso entender que há um novo rural no Brasil, no qual a juventude merece ser considerada e ter acesso à comunicação, informação e formação, tanto quanto a juventude urbana.

Em todos os debates sobre o atendimento da ATER houve insistência sobre a necessidade de equipes multidisciplinares e técnicos com aptidão e sensibilidade para compreender as necessidades específicas de cada segmento da agricultura familiar, bem como, de tempo disponível para visitar as famílias periodicamente, e não apenas pouquíssimas vezes, com período muito curto de tempo em cada família, como atendidos pelos convênios até então executados.

Desafios das ações e práticas do desenvolvimento da política territorial

As dificuldades e o preconceito que ainda enfrentam as mulheres do campo repercute na implementação das políticas e direitos das mulheres do campo que as vezes são ameaçados pelo histórico descaso com o trabalho da mulher agricultora. Em muitos lugares, a mulher que vive na área rural, ainda é vista simplesmente como “dona de casa” e o seu trabalho na atividade agrícola geradora de renda ou de subsistência, no processamento e aproveitamento de alimentos, na produção de artesanato e outros produtos artesanais, não é valorizado. Algumas ações específicas como o ATER Mulheres em Execução, no Vale do Ribeira, têm contribuído enormemente para o reconhecimento do papel das mulheres no campo e na economia familiar, mas ainda é pouco, diante da imensidão desse público. A formação e preparação dos técnicos de ATER para lidar com as questões de gênero, e outras específicas das mulheres e de jovens é de primordial importância.

Um desafio a vencer seria a possibilidade de a ATER atender com um número maior de técnicos, um número bem menor de famílias, para que as famílias recebessem mais visitas e orientações técnicas para planejamento e

qualificação na organização de sua produção e gestão de sua propriedade. Também que os agricultores/as pudessem repassar suas demandas com mais tempo para serem atendidas. Essa questão gerou debate intenso nas reuniões das diversas organizações da agricultura familiar, nos Conselhos municipais de agricultura, nos colegiados territoriais, e um aprofundamento nas conferências de ATER e de Desenvolvimento Rural Sustentável, também nas conferências de Economia Solidária, além de outros espaços pertinentes.

Os técnicos de ATER – como apontado na conferência de ATER/2016 no Vale do Ribeira – precisam ter uma atuação multidisciplinar, com valorização salarial e serem capazes de entender a realidade local, as políticas sociais e de desenvolvimento, não apenas na produção agrícola, para dar uma Assistência Técnica e Extensão Rural mais qualificada, que dê conta de atender profissionalmente conduzindo aos resultados necessários.

Outro desafio apontado na conferência de ATER/2016 no Vale do Ribeira se refere a concretizar as políticas já existentes e aperfeiçoá-las. Políticas como o PLANAPO (Plano Nacional de Agroecologia) e a Agência Nacional de ATER, por exemplo, precisam ser implementadas e ter um caráter evolutivo para que possam realmente promover o desenvolvimento territorial e a inclusão econômica e social, observando e considerando as diferenças de estágio de conhecimento e amadurecimento das organizações da agricultura familiar em geral, dos grupos e coletivos de jovens e de mulheres, que fazem parte desse universo.

Avanços por meio dos programas aplicados no território Vale do Ribeira

Diversos Programas são responsáveis pela promoção da qualificação das organizações da agricultura familiar. Destacam-se também os convênios para incentivar e contribuir com a organização da dinamização econômica, os convênios de ATER voltada especificamente para a agricultura familiar, que vêm atendendo as famílias produtoras tradicionais, os assentados da reforma agrária, o ATER Mais Gestão voltado para as cooperativas, o ATER Mulheres que vem transformando muitas famílias, por meio da inserção das mulheres que, antes não participavam dos espaços coletivos de discussões e tomadas de decisões, e atualmente fazem parte de coletivos femininos e mistos, de produção e comercialização de seus produtos agrícolas, e não agrícolas, de origem agroecológica, alguns em transição, entre elas algumas quilombolas e indígenas contribuindo com a ampliação da renda familiar. Também, o ATER agroecologia.

O PRONATEC Campo é outro Programa trabalhado pelo MDA, por meio da oferta dos cursos FIC/MEC, cursos de curta duração para qualificação profissional. O MDA criou a estrutura de um comitê estadual nas Delegacias Federais nos Estados, e nos Territórios um comitê local que reunia o colegiado territorial, parceiros e a agricultura familiar, junto ao ofertante – no Vale do Ribeira/SP, o Instituto Federal/IF) – para juntos discutirem os cursos de interesse da agricultura familiar, e o conteúdo necessário para atender às necessidades e especificidades dos educandos. Um conjunto de ações promoveram a elaboração de projetos

pedagógicos de cursos específicos, com conteúdo que agregou a juventude rural e alguns pais, que se formaram e aplicam hoje em suas propriedades o aprendizado, bem como jovens que já estão no trabalho das cooperativas, nos convênios de ATER, por meio da qualificação obtida nesses cursos.

A oferta de Programas do governo federal promoveu inclusão, qualificação, novas habilidades, e enfim uma gama de ações, antes não existentes na rotina diária da população no Território, o que trouxe transformações significativas no segmento da agricultura familiar.

Outro avanço a se considerar é que no Vale do Ribeira se iniciou uma ação integradora entre as organizações da agricultura familiar, que reúne atualmente sete cooperativas – COOPCENTRAL – em busca de maior inserção no mercado ofertando e comercializando seus produtos, que agregam também orgânicos e agroecológicos, num *box* na CRAISA/Santo André/SP, e levando alimento para mil e oitocentas escolas de São Paulo, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE. Importante ressaltar que isso se dá no consenso de interesses, entre seis cooperativas de produção e uma de logística, todas da agricultura familiar do Território. Internamente vivem em constante enfrentamento de desafios e busca de aprimoramento da produção, qualificação das famílias produtoras e suas propriedades, e na gestão intensa de todo processo.

O PROINF/PRONAT é outro Programa interessante para fomentar o protagonismo da agricultura familiar, com recurso não reembolsável disponibilizado anualmente, por meio de chamada pública da SDT/MDA para os Territórios. Embora com valor pequeno frente às demandas, mas de repercussão positiva no atendimento de algumas necessidades geradoras de atividades do dia a dia, e até de geração de renda para as famílias produtoras. O PROINF viabilizou, também no Vale do Ribeira, estruturas, veículos e equipamentos que foram repassados por cessão de uso, para associações e cooperativas da agricultura familiar, por meio de convênios com prefeituras para repasse e gestão em seu município e órgão estadual. Os colegiados territoriais discutem as demandas e propostas seguindo os critérios do PTDRS, aprovam os projetos, acompanham e fazem a gestão social.

Vale destacar também, o curso de educação do campo realizado no Vale do Ribeira, pela câmara temática de educação e cultura do CODETER-VR, no segundo semestre de 2016, com apoio do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial/NEDET/UNESP. O curso foi realizado em três módulos em finais de semana alternados, com 16 horas de aulas teóricas aos sábados e domingos, em cada módulo, e aulas práticas de vivência conjunta, em exercício dos envolvidos e suas comunidades, também em cada módulo. O curso teve o conteúdo definido por diversas discussões entre a câmara temática, o NEDET, o coletivo de educadores formais e populares do Vale do Ribeira, lideranças de diversas comunidades e técnicos. A classe foi formada por 50% de professores e 50% de lideranças das comunidades totalizando 60 alunos.

Os temas abordados definidos por esse conjunto de sujeitos locais foram: módulo I – um novo projeto de educação – educação do campo: educação indígena, caçara, quilombola, cabocla e diferenciada. A pedagogia da alternância, cultura e

empoderamento; módulo II – Sistema agrícola itinerante, atividades tradicionais (roça, pesca e coleta), soberania e segurança alimentar, sistemas agroflorestais/SAFs, agroecologia – bases científicas para uma agricultura sustentável manejo, adubação, recuperação do solo e da biodiversidade; módulo III – associativismo e cooperativismo, economia solidária e comercialização, gestão territorial – território compartilhado, concentração de terras e a reserva de valor: conflitos fundiários e sobreposição de terras, segurança e tutela territorial, a violência no campo.

O curso incentivou os participantes a refletirem sobre a educação, como elemento fundamental para a produção de conhecimentos, de pensar sobre a sua própria prática, utilizando bens naturais para os seus fins e a sua forma de organização social. Os relatórios e algumas publicações estão em andamento, e ao final formou-se um grupo para continuidade, relacionamentos e comunicação, busca de soluções e estratégias. Encaminhou-se a buscar em conjunto, em 2017, parcerias para continuidade e novas oportunidades de realização e execução desses cursos com essa metodologia integradora, para avançar e aprofundar temas pertinentes à realidade do Vale do Ribeira, ampliar a participação, visto que o NEDET está finalizando o seu convênio em dezembro de 2016.

Esse aprendizado foi rico para todos, gerou intensa sinergia e contribuiu muito para ampliar os conhecimentos, interação entre os diversos grupos e coletivos, as ações conjuntas em prol de demandas específicas – a exemplo da integração de comercialização de produtos demandados por comunidades indígenas e de pescadores artesanais participantes, que se organizaram entre si para atender a demanda de ambos. A juventude rural participante teve uma excelente atuação e interesse trazendo e levando experiências e conhecimento das, e para as, suas comunidades.

Considerações

Os Programas estão diminuindo a sua intensidade de atuação no atual cenário político que vem atravessando o Brasil, a Política Territorial, não se mostra favorável aos interesses da atual “gestão nacional”, e as expectativas nos Territórios são de incertezas quanto aos rumos de tanta transformação na realidade do Brasil rural. Em referência ao PRONATEC Campo, este foi uma iniciativa interessante do MDA, que pretendia em diálogo com a ex-presidente Dilma Rousseff a criação de um Programa específico para o Desenvolvimento Agrário – o real PRONATEC Campo – esse sim criado com as especificidades necessárias para atender a diversidade de público da agricultura familiar em todo o país.

A iniciativa do MDA foi bem-sucedida, ao incluir a agricultura familiar na qualificação profissional com apoio do PRONATEC – cursos FIC/MEC, a repercussão de impactos positivos está na realidade das comunidades participantes dos cursos, na movimentação nos municípios envolvidos, e não se imaginava que o alcance de demandas seria tão amplo. Infelizmente o MEC por questão de orçamento, não pôde atender à toda demanda que essa ação gerou. E vem atendendo na medida do possível em alguns Estados, sem a metodologia usada pelo MDA que garantia a discussão com as bases e a inserção de seus temas no conteúdo de cada

módulo dos cursos. No Estado de São Paulo a Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal assumiu a metodologia proposta pelo MDA, participou do Comitê Estadual, acompanhou as ações regionais de cada *campus/campis*. – o que resultou nas experiências e realidades relevantes dos cursos que foram realizados. Este é um dos Programas que merece ser criado no MEC com foco na agricultura familiar do país.

Os convênios de ATER, são importantes e necessários, embora ainda não deem conta de atender como requer a agricultura familiar, ou seja, principalmente com técnicos suficientes para atender a um número menor de famílias e tempo disponível para visitas menos corridas, a todas as famílias envolvidas. É importante também implementar uma remuneração adequada aos técnicos, sem terem esses que se responsabilizar pelo custeio das reuniões e atividades, além do seu próprio custeio de trabalho, e ter o reembolso posteriormente, como acontece hoje, e somente após um certo número de atividades e metas cumpridas, o que pode levar meses. A remuneração e reembolso ocorrem apenas após considerar relatório enviado, avaliado e aprovado pela entidade executora, que posteriormente segue para a fiscalização, e somente após sua avaliação e aprovação autoriza-se o pagamento. Essas medidas desfavorecem a atuação dos técnicos que dependem da remuneração do seu trabalho para a sua subsistência. Também é preciso continuar investindo na diversificação e qualificação da equipe técnica, que já demonstrou resultados valiosos, então precisa avançar.

Quanto às cooperativas, a COOPCENTRAL – união de sete cooperativas – no Vale do Ribeira vive o desafio de integrar melhor as ações de cada cooperativa no conjunto, e as famílias envolvidas. Entre suas ações busca métodos e experimentos para promover o entendimento de cada família e seus entes, quanto a valorização da importância de participação nos espaços de decisão (Conselhos, CODETER, outros), para tomarem conhecimento, informações, opinarem, enfim, para ampliar e qualificar o capital social, tão necessário para as buscas de estratégias e soluções às suas próprias demandas.

Às mulheres e jovens, ainda são um desafio para se ampliar a participação e inclusão nos espaços de decisões, com formação para participarem ativamente, e não apenas como ouvintes. Ampliar opções e oportunidades de inserção para esse público específico, no sentido de promover a autoestima e atuação. É uma questão que precisa ser aprofundada e organizada.

Leite e Wez Júnior em seu artigo no que se refere ao PRONAT descrevem (Revista de Economia e Sociologia Rural. Brasília out/dez/2012):

O PRONAT foi criado em 2003, e construído a partir da inclusão em seu portfólio de duas modalidades do PRONAF: "Infraestrutura e Serviços Municipais" e "Capacitação dos Agricultores Familiares". Essas duas linhas deixaram de fazer parte do PRONAF (que ficou restrito ao crédito rural) e passaram a compor o PRONAT por meio das funções: "Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF)" e "Capacitação de Agentes de Desenvolvimento".

A execução do PROINF ao longo dos anos no Vale do Ribeira, tem mostrado que o mesmo merece uma mudança na metodologia para garantir ampliação ao acesso da agricultura familiar. A metodologia executada hoje requer que cada município componente da proposta do projeto apresente um Plano de Trabalho, cujo valor não seja menor que cem mil reais. Por outro lado, sugere que os projetos sejam territoriais abrangendo um número maior de municípios a serem beneficiados para atender as demandas da agricultura familiar no Território.

Na chamada de 2013, essa questão foi uma das exigências para aprovação dos projetos. Porém, o valor a ser repassado a cada Território, não excedia a quatrocentos e cinquenta mil reais, o que impedia que mais de quatro prefeituras participassem do projeto territorial, a menos que o proponente fosse um órgão do Estado, pois este poderia fazer o repasse a quantas prefeituras estivessem envolvidas no projeto apresentado. No Vale do Ribeira houve discussões e a organização no colegiado territorial que agregou dez municípios interessados em fomentar algum desenvolvimento à agricultura familiar. Também articulações junto aos órgãos estaduais, e um deles aceitou ser o proponente, por ter grande atuação no Território, e ter experiência em executar projetos com apoio da linha PROINF, em nível do Estado. Para tanto, foi consultado o setor jurídico do mesmo, e após consentimento foi elaborado o projeto que teve aprovação nas instâncias estadual e federal, e a equipe técnica atuante no colegiado territorial composta por técnicos municipais de agricultura, meio ambiente e pesca elaborou um documento de compromisso e responsabilidade do gestor municipal, perante o proponente, que posteriormente repassaria a cada prefeitura os itens licitados como sessão e uso. Cada gestor municipal assinou esse documento que foi enviando e confirmado recebimento pelo proponente.

Contudo, após a liberação de recurso houve inúmeras articulações, conversas para nivelamento de entendimento entre as partes, e posteriormente o proponente alegou não poder atender municípios onde não tem atuação, o que levou a exclusão de quatro municípios como beneficiários do projeto territorial. Meses depois o proponente apontou considerar melhor devolver o recurso, por já terem se passado três anos, da elaboração e início da tramitação do referido projeto. Essa questão gerou grande desgaste, entre os envolvidos, os quais tiveram intensa participação nas muitas discussões, estudos, elaboração, organização, diálogos e concertação, articulação, dentre outros, pelo bem comum de atender algumas demandas da agricultura familiar.

Enfim, essa metodologia que exige um projeto territorial para ampliar o acesso no Território, mas impede que prefeituras façam seus Planos de Trabalhos com valor menor que cem mil reais, acaba excluindo a possibilidade de maior participação dos municípios, que discutem e acordam entre si, o que contribuir no desenvolvimento da agricultura familiar, visto que o recurso é apenas para viabilizar, parte, das muitas demandas desse segmento de trabalhadores. Portanto, a metodologia da chamada do PROINF requer atenção para uma adequação que garanta maior inclusão da agricultura familiar.

Diante do atual cenário brasileiro e mundial há de se admitir que é preciso acreditar e investir na ciência, que pode e deve viabilizar estudos, pesquisas e inovações capazes de contribuir com os rumos necessários para reverter a situação de retrocesso que as transformações geradas no meio rural brasileiro possa vir a sofrer.

Como já é comprovado por diversas publicações, a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% da produção de alimentos consumidos pela população, mas sem apoio para garantir a execução da organização da produção de alimentos, sem ATER que atenda às especificidades desse segmento produtivo, sem programas de qualificação profissional específicos para essa classe de trabalhadores, sem apoio para garantir a comercialização de toda produção e a gestão ambiental sustentável da agropecuária, o campo poderá não ter como garantir a alimentação adequada e suficiente à população em geral em um futuro muito próximo.

A sucessão rural é outra questão de extrema relevância, dado que a juventude rural atual não permanecerá em sua origem, sem ter perspectiva futura promissora. O decreto presidencial 8.736 de 03 de maio de 2016, institui no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, com o objetivo de integrar e articular políticas, programas e ações, para promoção da sucessão rural e a garantia dos direitos da juventude do campo. O Plano é direcionado a jovens rurais (entre 16 e 29 anos) da agricultura familiar, de comunidades remanescentes de quilombos rurais e povos e comunidades tradicionais.

O Ministro do Desenvolvimento Agrário, na época, Sr. Patrus Ananias no Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural afirma:

(...) esse esvaziamento do campo apresenta-se como um sério risco à continuidade da produção agrícola familiar e, conseqüentemente, à oferta de alimentos saudáveis para o conjunto da população brasileira. Sendo assim, não é demais dizer que a questão da sucessão rural na agricultura familiar tem relação direta com a segurança e soberania alimentar de nosso país. Ouso afirmar que esta relação também se estende às soberanias hídricas e energética, uma vez que, como sabemos, é o modelo da agricultura familiar que combina produção, manejo sustentável dos recursos naturais e preservação dos biomas e da vida.

A agroecologia é uma alternativa plausível para dar continuidade à sucessão rural, mas a sua aplicação prática precisa avançar muito, e a ciência pode contribuir em acelerar esse avanço. É preciso ter estudos e pesquisas que comprovem e viabilizem alternativas aos jovens rurais possibilidades de permanecerem no campo sem ficarem isolados das tecnologias de acesso e comunicação, e realizando atividades que lhes permitam sentirem-se úteis gerando resultados para sua família, comunidade e para a população em geral.

A ciência demonstra ser o caminho a ser seguido, com as universidades e instituições de pesquisa contribuindo muitíssimo na geração de estudos e pesquisas que promovam transformações nas realidades da produção de alimentos saudáveis, na geração de renda para a agricultura familiar, na permanência e sucessão no campo, nas inovações tecnológicas e inserção da juventude rural na contribuição desses avanços nas mais diversas formas, e foco na agroecologia. A juventude rural também precisa ter direito a formação acadêmica e de qualidade dentre outros.

Considerando-se alguns fatos alheios à governabilidade imediata do ser humano, como as mudanças climáticas que estão gerando dificuldades inclusive no meio rural e na produção de alimentos, há de se convir que a ciência também é o caminho que pode contribuir por meio de estudos, pesquisas e inovações para trazer alternativas a tantos desafios, soluções para tais dificuldades e que conduzam à gestão ambiental e sustentável adequada e qualificada da agropecuária brasileira.

Referências

BIANCHINI, V. O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural. **AgriFam_texto_CNA**, 2005.

_____. **Resolução CONDRAF nº 48 de 16 de setembro e 2004**: propõe diretrizes e atribuições para a rede de Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável – CDRS: nos diferentes níveis de atuação. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>: Acesso em: 03 nov. 2016.

_____. **Resolução CONDRAF nº 52 de 16 de fevereiro de 2005**: aprova Recomendações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF: para as Institucionalidades territoriais de desenvolvimento rural sustentável. Disponível em:<<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

LEITE, S. P.; WESZ JÚNIOR, V. J. Um estudo sobre o financiamento da política de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 50, n. 4, p. 645-666, out/dez. 2012.

PLANO NACIONAL DE JUVENTUDE E SUCESSÃO RURAL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário. Decreto Presidencial nº 8.736, 03 de maio de 2016**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 03 nov. 2016.